

Os Desafios das Esquerdas em Tempos de Incerteza

Para Onde Vão as Esquerdas Latino-americanas e a Brasileira

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

“Lo que sucede siempre será lo mejor
si lo sabes interpretar y conducir”

De uma “abuela” Annu

“Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (...). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas”.

Florestan Fernandes

Nota Preliminar

A ideia desse pequeno artigo se formou a partir de alguns comentários e declarações de intelectuais e políticos da esquerda brasileira diante dos resultados das últimas eleições municipais. A motivação maior foi o fato dessas avaliações não fazerem nenhuma referência ao papel que a participação nas eleições cumpre em um projeto de esquerda socialista. Toda a análise se baseava nos resultados das eleições e suas implicações para as próximas eleições presidenciais em 2022. Em São Paulo, onde as esquerdas tiveram maior visibilidade indo ao segundo turno, a campanha se dedicou a convencer o eleitorado que era a melhor alternativa de governo e que era possível fazê-lo sem perder os princípios, sem que se explicitasse que princípios eram esses para um candidato que se apresentava por um partido socialista. A campanha pouco ou nada contribuiu para esclarecer à população sobre o tamanho das responsabilidades que advém dos limites que a sociedade capitalista e suas instituições liberais apresentam para tal horizonte e os meios para superá-los e mesmo para um governo com outros princípios que não os liberais. E o que mais me chamou a atenção foi a mais completa ausência a toda uma rica tradição de debate teórico-político que o campo socialista forjou ao largo de sua própria constituição. É o que aqui ofereço ao leitor, ainda que em caráter de notas introdutórias e levando em conta experiências políticas recentes na América Latina.

Que a democracia não vai lá bem das pernas, lá isso vai. Reduzida cada vez mais a procedimentos eleitorais e a algumas instituições que, ainda, de algum modo, consultam o povo

¹ Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

com esses procedimentos, como o Legislativo e o Executivo², o povo luta cada vez mais contra um poder que não está submetido a eleições, como o poder econômico que, entretanto, contribui em não pouca monta para defini-las. Há exceções, como vimos recentemente na Bolívia e no plebiscito chileno que, entretanto, confirmam a regra.

A política, como prática de construção de alternativas diferentes (Rancière, 1996), está longe do horizonte das eleições, pelo menos quando reduzida ao horizonte liberal. Vimos, recentemente, nos EEUU quando o socialismo moderado de Bernie Sanders, de transformação dentro da ordem, foi acusado de radical e que não cabia na democracia estadunidense e deveria ser liminarmente afastado de concorrer. Na periferia do sistema mundo, as tentativas de transformação dentro da ordem foram seguidamente acompanhadas de violência e de golpes³, alguns com extrema violência. A lista é grande de assassinatos de lideranças nacional-populares, como Jorge Eliécer Gaitán, na Colômbia, em 1948, Jacobo Arbenz, na Guatemala, em 1954, e Salvador Allende, em 1973. Os golpes de estado se multiplicaram sobretudo depois da Revolução Cubana (1959) quando logrou êxito uma dessas buscas de alternativas às regras tal e como estavam postas. Somente entre 1960 e 1979 ocorreram 29 golpes de estado na América Latina (Ibarra e Velador, 2019). O povo cubano, em particular, vem pagando um alto preço com o bloqueio econômico imposto pela maior potência militar do mundo, simplesmente pelo fato de ter levado à prática aquilo que é a essência da política, qual seja, a possibilidade de se construir alternativas à ordem social e política e não só de alternativas dentro da ordem, sem que a ordem mesma possa ser objeto de discussão e de alternativas. E, mais, os cubanos soberanamente fizeram uma revolução, o que significa levar a política ao paroxismo de romper com o “estado de coisas existente”, com o status quo⁴.

O filósofo grego Cornelius Castoriadis chamara a atenção para o caráter instituinte das instituições o que, a princípio, parece um truísmo (Castoriadis, 1982). Segundo ele, teria sido essa a grande contribuição dos gregos à política com a ideia de democracia, malgrado os limites patriarcais e escravagistas da sociedade grega. E isso constitui o cerne do que se chama mundo moderno, quando a ideia de revolução, no sentido de transformar a ordem e criar sua própria

² Na maior parte dos países no mundo liberal, o Poder Judiciário, que se funda no princípio da propriedade privada, não está submetido ao crivo do voto popular. Observamos, recentemente, uma tendência onde esse poder vem se colocando acima da política e, cada vez mais, a governá-la, o que não deixa de ser uma contradição nos termos do que se convencionou chamar de democracia.

³ Os sociólogos Carlos Alberto de Figueroa Ibarra e Octavio Velador, em artigo recente, detectaram 87 golpes de Estado na América Latina e Caribe durante o século XX. As maiores concentrações de golpes se deram depois da crise de 1929, entre 1930 e 1949 quando tivemos 30 golpes e, entre 1960 e 1979, depois da Revolução Cubana, quando ocorreram 29 golpes. Desses golpes, 63 golpes foram militares, 7 civis e 8 de tipo cívico-militar; 6 foram autogolpes presidenciais e 3 autogolpes militares. Em 77% dos casos houve uma marcada influência de ideologia de direita e participação de partidos de direita. Os autores afirmam que desde os anos 60' se registram intervenções dos EEUU em vários golpes (Ibarra e Velador, 2019).

⁴ E não são poucas as contradições do regime cubano, mas discuti-las fora do contexto do criminoso boicote que sofre Cuba por sua ousadia rebelde, não nos parece digno da resistência heroica com que o povo cubano mantém sua dignidade, ainda que em circunstâncias extremamente desiguais. E medir o regime cubano por critérios liberais, sobretudo com o liberalismo dos países centrais, é ignorar que a legitimidade da revolução foi, justamente, a de romper com o liberalismo com todos os limites que apresenta nas sociedades capitalistas dependentes. E a legitimidade de toda revolução, seja ela qual, se faz através da imposição das suas outras regras o que, aliás, define o conceito de revolução. Permitam-me um exemplo prosaico, mundano e, portanto, bem prático. Discutir liberdade sem poder sair nas ruas à noite com medo de ser assaltado, como nas cidades dos países periféricos principalmente, é reduzir a liberdade a um conceito cosmético, sem substância. Em Cuba, se pode circular livremente pelas ruas de Havana, sendo essa cidade uma cidade negra o que, ainda, nega qualquer relação entre racismo e violência, como se costuma atribuir por aqui e como se pode comprovar observando a composição racial de nossos cárceres.

outra ordem⁵, passou a ser admitida como legítima. Ou seja, as instituições são obra dos homens e não emanam dos céus ou da natureza que, assim, não podem ser impedidos de reinventá-las como obra sua. E foi possível na medida em que o próprio sofrimento humano das maiorias deixou de ser entendido também como natural ou obra de deus. Não, a miséria humana é coisa dos homens e, como tal, pode ser superada. Essas ideias vão ser parte do que Immanuel Wallerstein chamou de geocultura da modernidade que, de um modo ou de outro, colonizou o mundo, ainda que alimentando suas contradições.

Uma série de revoluções, como a Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, a Revolução de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, de 1789, são momentos constitutivos (Zavaleta Mercado) da invenção da modernidade. Uma outra revolução, ocorrida no Haiti em 1804, haveria de anunciar os limites coloniais implicados na modernidade, haja vista a oposição, tanto da França Iluminista como dos EEUU, à dupla emancipação que os revolucionários haitianos traziam ao debate teórico-político onde, com sua independência, faziam o que os EEUU haviam feito, ou seja, superavam a subordinação de um povo pelo outro e, indo mais além que os estadunidenses, propunham um mundo sem escravos que, no contexto colonial que ainda nos domina, significava ser contra o racismo. A oposição à Revolução Haitiana sinalizaria que a colonialidade sobreviveria ao fim do colonialismo e sua agenda continua pendente no mundo atual (James, 2000). Enfim, a ideia que os homens e, cada vez mais, as mulheres, os negros e os indígenas, podem inventar seus mundos se legitimava com a ideia de revolução. E, desde então, se constituíram o que, nesse contexto da modernidade, passou a se chamar de esquerda e direita. A Burguesia, enquanto classe, teve um papel revolucionário na constituição desse mundo moderno, ela que ao longo de toda a Idade Média europeia lutou tanto pela liberdade das comunas, do burgo, para que se libertassem do jugo senhorial. Desde o momento em que essas revoluções transformaram as instituições e afirmaram que todo o poder emana do povo, a Burguesia se enredaria nas suas próprias contradições com sua defesa da propriedade privada que, como princípio, priva outros da propriedade como, com o desenvolvimento do capitalismo, ainda promove a centralização do capital e, assim, a expropriação de outros proprietários privados. Os limites da propriedade privada continua sendo uma questão-chave no debate teórico-político e devemos lembrar que mesmo numa ordem liberal o estado é, formalmente, o proprietário eminente e que é quem concede e estabelece as regras do acesso à propriedade. E explicitemos à sociedade os enormes custos econômicos e sociais para manter a propriedade privada com o sistema judiciário, penitenciário e policial, com seus gastos salariais e logísticos. E tudo isso garantido com impostos⁶. Disputemos com os liberais a crítica aos impostos, a começar com os enormes custos

⁵ São múltiplos os conceitos e ideias associadas à revolução. Um deles é, sem sombra de dúvidas, a afirmação do povo como categoria social e política, o que indica aceitar a ideia de que há uma clivagem interna à sociedade entre os de cima, as elites, e os de baixo, o povo, entre a maioria e a minoria. Poder-se-ia ir mais além e falarmos de clivagens de classes e a decorrente luta de classes. De outro, a prerrogativa de toda revolução é criar sua própria ordem, suas próprias regras o que, aliás, é o que legitima o conceito de revolução que, por sua vez, deve estar associada à ideia de povo como maioria contra a minoria política. Assim, toda revolução é um processo que se inicia dentro da ordem e vai se legitimando ao explicitar os limites dessa ordem e se realiza plenamente contra a ordem (Fernandes, 1981). Para os derrotados nos processos revolucionários, o que se instaura é uma ditadura e, por isso, associamos os revolucionários a desordeiros por contestarem a sua ordem, embora todo revolucionário indique uma ordem, uma outra ordem.

⁶ Cabe uma reflexão sobre a ambígua relação que os liberais têm com o estado e suas imposições, sobretudo quando se tornam substantivo: imposto. Talvez seja o caso de invocarmos outros princípios, como os de diversos povos indígenas que não têm uma palavra para indivíduo, haja vista que, tal como a física pelo menos desde a teoria da relatividade, tudo que existe é relação e relação de relações. Assim, o indivíduo não é anterior às relações que o constituem. Além disso, todo ser vivo é incompleto e o fato de ser constituído por poros, buracos, indica que dependem do ambiente social-natural para sobreviver. Assim, tendo a incompletude como fundamento da vida

impostos a toda sociedade para manter a propriedade privada. Quantos encargos não sairiam das costas da sociedade com a eliminação desse instituto.

Da convocação dos Estados Gerais, na Revolução Francesa, à Comuna de Paris, em 1871, a burguesia deixaria sua face revolucionária e mostraria uma outra face, reacionária, como no caso do massacre dos revolucionários da Comuna. Triste destino de uma classe que se construiu historicamente nas lutas para libertar as comunas, o burgo, do jugo senhorial e que, agora, se vê limitando a ampliação dos direitos sociais. Mas não esqueçamos que mesmo à época da Revolução Francesa e do terror de Robespierre (1793) que lhes seguiu já, em 1796, Graco Babeuf propunha uma "comunidade dos bens e do trabalho", cujo horizonte era alcançar a igualdade efetiva entre os homens mais além de sua igualdade formal perante a lei.

Mas a Comuna de Paris (1871) é um marco e, desde então, se abre nas esquerdas um debate entre revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem, como caracterizaria Florestan Fernandes (Fernandes, 1981). Uma série de conquistas de direitos se fez dentro da ordem, como reforma agrária, reforma urbana, sufrágio universal incluindo as mulheres, direitos de opinião e de livre organização dos trabalhadores em partidos e sindicatos, direitos sociais entre outras conquistas impulsionadas sobretudo pelo povo, ainda que dentro da ordem burguesa e ainda que, para isso, tenha contado com apoio de segmentos de outras classes nas circunstâncias impostas pela luta política. Ainda que haja margens para revoluções dentro da ordem nos países/sociedades da periferia do sistema mundo, em grande parte essas tarefas acabam caindo no colo dos condenados da terra (Fanon) dada a colonialidade que sobrevive ao fim do colonialismo, a superexploração do trabalho e da natureza imposta pela divisão internacional do trabalho com a servidão voluntária das oligarquias à essa ordem. O fato de as revoluções contra a ordem ao longo de século XX terem ocorrido em países/sociedades na periferia do sistema mundo, em seus "elos fracos", é significativo dos limites nessas geografias do que se chama democracia no sentido liberal do termo, o que coloca as esquerdas diante do desafio de ampliar o seu sentido enquanto cracia do demos, "governo do povo, pelo povo e para o povo", conforme a definição de Abraham Lincoln⁷, em 1863. E as esquerdas tiveram que se defrontar com múltiplas ditaduras que se abateram contra o povo, como no nazifacismo, no franquismo, no salazarismo, como as que se abateram na América Latina ao longo do século XX, ditaduras impostas pelas minorias das classes proprietárias, enfim, das elites, como também pelos desafios das ditaduras que emanam das revoluções contra a ordem, ainda que para impor a vontade das majorias, enfim, do povo.

Eis o dilema com que se encontram as esquerdas depois de tantas ditaduras e, sobretudo depois da queda da URSS quando a hegemonia liberal se sobrepôs e passou a associar socialismo a ditaduras e liberalismo a democracia⁸. Para isso, é claro, os liberais reduziram a política ao estado restrito e sua democracia não abrange o estado ampliado. Em outras palavras, separou a política da economia, a política do cotidiano. Que as esquerdas façam da democracia um

natural e social e, enfim, como seres sociais que somos devemos criar, antes de tudo, instituições que tornem possível a vida de cada quem e instituições abertas para que possam garantir a *autopoiesis* que caracteriza a vida, como destacam, entre outros, os biólogos-filósofos chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana (Maturana e Varela, 2001).

⁷ E, diga-se de passagem, Lincoln fez essa definição no contexto de uma guerra civil, onde a abolição da escravatura estava no centro do debate, mas não o racismo que a ela sobreviveu. No acordo político que dali saiu garantiu-se, na composição da federação dos EEUU, que os escravocratas do Sul para sua maior representação contariam com a indecorosa proposta de que cada negro equivaleria a 3/5 de um branco.

⁸ Contra, até mesmo, os principais ideólogos liberais que apoiaram abertamente ditaduras de direita, como no caso da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet no Chile, em 1973, aliás, onde com os Chicago's Boys se implantou, a partir de 1976, a primeira experiência neoliberal em todo o mundo. Rigorosamente sobre cadáveres

princípio ético-político, não implica abdicar da disputa do sentido do que seja democracia, sinalizando para além do horizonte liberal pelos limites já demonstrados por esse modo de pensá-la, de vivê-la, de sofrê-la. Afinal, pelo menos no mundo moderno, desde a Revolução Gloriosa (1688), da Revolução de Independência dos EEUU (1776) e da Revolução Francesa, incluindo a Conspiração dos Iguais (1796), que se procura afirmar o princípio de que todo o poder emana do povo, mas que, logo depois, se diz que esse poder instituinte do povo perde seu sentido, pois o poder “em seu nome será exercido” e não se sabe bem por quem, mas que indica que o povo mesmo parece não saber governar por si mesmo. Eis um desafio de pensar a democracia para além dos princípios liberais. Por isso, não poucas vezes nesse texto escrevi *cracia do demos* ou *cracia do povo* como uma técnica linguística para gerar estranhamento, espanto, reflexão.

Com a hegemonia liberal colonizando as esquerdas, até mesmo a distinção que havia dentro do campo entre reforma ou revolução ou a combinação de reforma e revolução foi abandonada, como se não nos ensinasse nada. A ideia mesma de Revolução, como sinônimo da própria modernidade, como vimos, vem sendo abandonada. Até muito recentemente, mesmo golpes de estado que bem seriam caracterizados como contrarrevolucionários, como o de 1964 no Brasil, se autoproclamavam revoluções, tão legítima era a ideia de que se podia mudar a ordem social e política para além da ordem social existente. Até mesmo a ideia do socialismo como uma ordem outra, alternativa ao capitalismo, vem pouco a pouco sendo esmaecida em nome da luta por justiça social, contra a desigualdade⁹ e pela diversidade, tudo com o estrito respeito às regras democráticas rebaixando, assim, o sentido do que seria uma *cracia do demos* onde não se coloca mais no horizonte aquilo que seria verdadeiramente uma alternativa ao estado de coisas existente que, no fundo, é a essência do fazer político.

Nesse sentido, é importante recuperar, ainda que sumariamente, as clivagens que, desde os primeiros momentos do chamado mundo moderno, vieram contraditoriamente constituindo esse mundo, inclusive, no interior do campo das esquerdas, que é o que nos interessa mais de perto por se inspirar nos grupos/classes sociais em situação de opressão/exploração/subalternização. E o fazemos porque grande parte do enorme conhecimento teórico-político produzido na própria constituição desse campo, que tanta contribuição poderia nos trazer no difícil momento que vivemos, parece estar sendo olvidado, sobretudo pela hegemonia liberal que vem colonizando o campo. Vejamos.

Uma primeira clivagem importante na constituição do campo socialista nos remete à primeira metade de século XIX e que pode ser resumido na distinção entre o socialismo utópico e o socialismo científico. A distinção em si mesma não é neutra, haja vista terem sido Marx e Engels, que se reivindicavam do campo do socialismo científico, que assim caracterizaram a controvérsia. A crítica aos socialistas utópicos¹⁰, no fundo, se devia ao fato de que não bastava um sentimento de solidariedade, ainda que bem sustentados ética e moralmente, que haveriam de levar ao socialismo, mas sim que as condições materiais das relações sociais do modo de produção capitalista, empiricamente verificáveis, tornavam essas experiências incapazes de superar o estado de coisas existentes, ainda mais nas dimensões que afligiam as sociedades que

⁹ O FMI e o Banco Mundial passaram a incluir a desigualdade social em seu ideário. Mais um belo exemplo de “confluência perversa”. A bandeira da desigualdade social, embora possa ser incluída no campo das esquerdas socialistas, nesse campo ela só faz sentido quando articulada a uma luta para além do capitalismo. Em si mesma, a bandeira da desigualdade social se coloca como parte do princípio que diz que “algo precisa mudar para que tudo permaneça como está”, conforme o romance O Leopardo de Tomaso di Lampedusa.

¹⁰ Entre os quais se incluem Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858).

recém se industrializavam, é dizer, se tornavam capitalistas¹¹. Tratava-se, na verdade, de chamar a atenção para as condições de possibilidade de realizar uma sociedade justa e, mais precisamente ainda, sem explorados e exploradores. Enfim, sem exploração, conceito científico (Casanova, 1987 [1969]) que, hoje, também parece perder sentido em nome de “inclusão social”, da luta contra a desigualdade, dos direitos das minorias e a valorização das diferentes formas de opressão. Independentemente de que lado se possa ficar diante desse debate, não podemos abrir mão da sua enorme contribuição para constituir o campo socialista, sobretudo pelos conhecimentos de alta relevância, como os de Marx em sua crítica à economia política e os de Charles Fourier ao associar a realização de uma sociedade verdadeiramente livre à liberdade das mulheres.

Marx, em particular, nos legou uma contribuição, que me parece definitiva, para o que viria a ser definido como campo socialista, haja vista que esse campo se definiria por aqueles cujo horizonte é a busca de uma sociedade para além do capitalismo, ideia que, de um modo ou de outro, as diferentes vertentes do campo se colocavam com um horizonte de uma sociedade não-capitalista, como se buscava nos falanstérios de Charles Fourier e nas Cooperativas de Robert Owen, essas em luta franca contra o individualismo, embora Marx e Engels as considerassem insuficientes. Marx em sua obra mais conhecida, *O Capital*, nos demonstrara que o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, se funcionando segundo sua própria lógica, levaria ao aumento da exploração do homem pelo homem e a destruição das forças da natureza, ainda que o tenha feito numa chave que pode ser acusada de patriarcal e colonial, como salientam as marxistas feministas Silvia Federici, Angela Davis, Raquel Gutiérrez e Sandra Rávita. De todo modo, essa teria sido sua contribuição mais importante para a afirmação de um campo alternativo na luta política no interior e contra a sociedade liberal, o socialismo. Mesmo que alguns o acusem de redução à economia como um determinante abstrato da sociedade¹², essa crítica ainda que possa ser refinada e atualizada em função das lutas sociais contemporâneas, não pode olvidar que sua obra científica mais desenvolvida, ainda que incompleta, tem como subtítulo “Uma Contribuição à Crítica da Economia Política”. Se me permitem explicitar, trata-se não de numa obra de economia, mas sim de crítica à economia. Assim, tratava de fazer a crítica da sociedade que se constituía transformando tudo em economia e, com isso, tornava explícito que era um conjunto de relações sociais e de poder que conformavam a economia como centro da vida social, inclusive, da política e não o contrário, longe, portanto, de qualquer *homo economicus*. A essa crítica a um duvidoso economicismo de Marx se junta outra, do privilégio que essa tradição teórico-política teria dado às classes sociais, às lutas de classes, ignorando outros grupos sociais, como as mulheres, negros, etnias várias. Não temos aqui espaço para recuperar esse rico debate e, para os objetivos desse pequeno ensaio, lanço mão, em particular, de intelectuais feministas anticapitalistas que dialogam com o marxismo, e o fazem criticamente, como Silvia Federici, Angela Davis, Raquel Gutiérrez e Sandra Rávita, em particular as duas últimas. Mas afirmo, como princípio teórico-político, que as chamadas minorias, quase sempre minorias no sentido político mais que estatístico ou

¹¹ Deixemos de lado o significado que o regime de verdade moderno empresta à ciência, sobretudo como ideologia, haja vista que no campo científico propriamente dito a verdade sempre pressupõe a dúvida permanente e, assim, a crítica. A verdade científica, como verdade incontestável, não faz parte do mundo científico e tem servido, e muito, para calar outras formas de conhecimento. Cuidemo-nos, pois, sobretudo nesses tempos de pós-verdade.

¹² Nesse sentido, é importante chamar a atenção que o primeiro capítulo de *O Capital* tem por título *O fetichismo da Mercadoria*, o que bem poderia incluir esse capítulo e essa obra na primeira leitura antropológica da sociedade moderna, o que já a coloca longe de qualquer redução à economia.

demográfico, sejam elas mulheres, negros ou imigrantes¹³ têm, entre seus membros, a maioria com seus corpos¹⁴ expropriados das condições de produção-reprodução metabólica da vida e, assim, de um modo ou de outro, submetido-as ao capital. Todo o desafio parece ser juntar a potência emancipatória dos mais e das mais oprimidas/exploradas/subalternizadas que, sabemos, para o capital implica extrair uma mais valia ainda maior de quem é mais oprimido-a que, assim, são os-as mais explorados-as: para uma mesma função um varão ganha mais que uma mulher; se branco mais que um negro; se mulher negra ganha menos ainda que todos-as. Quanto mais oprimido, mais explorado. Não separemos o que anda junto. Afinal, a quem beneficia o divide et impera. Mas não reduzamos tudo isso a uma só qualidade e, sim, potencializemos toda essa energia reprimida para nos tornarmos mais fortes.

Não cabe separar produção de reprodução (Federici, 2017), pois como nos ensinam as mulheres, não fosse o trabalho não-pago (mais valia, não?) realizado em suas casas cuidando dos filhos, da prole (o *proletário*) de amanhã, dos mais velhos e dos doentes, seus respectivos companheiros teriam que comprar esses “serviços” e, assim, teriam que ganhar salários maiores diminuindo a mais valia por eles produzida. Enfim, a mais valia é produzida no espaço social total, na casa e não só na fábrica. Gênero e classe necessariamente se imbricam.

Raquel Gutiérrez e Sandra Rávita (no prelo) nos chamam a atenção para as múltiplas separações que o capitalismo produz como a separação entre os diversos grupos sociais e a natureza, entre os próprios homens e mulheres entre si individualizando-os destruindo seus laços em comum coletivos e/ou comunitários. Destacam, sobretudo a separação entre política e economia, entre política e mercado. Segundo essas feministas anticapitalistas “a separação de economia e política e a separação entre o político e o econômico constituem os maiores desafios para a transformação da vida social”. Assim, a empresa capitalista, uma instituição de poder, além de econômica, fica fora da política e o estado fica reduzido à sua dimensão de estado restrito (Executivo, Legislativo e Judiciário), como conceituara Antonio Gramsci. O conceito de estado ampliado de Gramsci, que inclui as empresas como parte das instituições de poder, não separa política de economia, o econômico do político.

Os desafios que se colocam para os setores em situação de opressão/exploração/subalternização é compreender como essa situação se constitui e como suas contradições se manifestam nas lutas que esses grupos sociais travam para superá-la. Sublinho, superar essa situação de opressão/exploração/subalternização, o que se dá historicamente de modo geograficamente situado e com base na memória coletiva com sua cultura e lutas sociais. Não desconsideremos que os processos eleitorais nas sociedades liberais separam a economia da política, o econômico do político, e isso nos leva a ilusão que os governos podem superar a situação de opressão/exploração/subalternização que vivem os trabalhadores homens, mulheres, migrantes, negros, índios e outros gêneros de opressão/exploração/subalternização. Insistimos, os governos como parte do estado restrito não comportam toda a complexidade das relações sociais e de poder que os conformam. Daí o tradicional debate no campo das esquerdas sobre os modos de superar o estado de coisas existentes, se através de reformas ou de revoluções ou de reformas com horizontes para além

¹³ Os indígenas e os camponeses ainda mantêm vínculos com as condições metabólicas de reprodução da vida em seus territórios, muito embora cercados pelo capital que, de um momento a outro, busca separá-los dessas condições.

¹⁴ Corpo, eis outro conceito que as lutas sociais contemporâneas vêm trazendo ao debate. Talvez seja importante lembrar, para escapar do atomismo individualista do imaginário da sociedade liberal (Castoriadis, 1982), que os corpos, os indivíduos e as identidades não são anteriores às relações que os constituem. Recomendo retomar a leitura do pé de página nº 6.

do capitalismo, ou seja, que apontem para a superação desse conjunto de separações que caracterizam o capitalismo (Gutiérrez e Rávita, no prelo). Talvez a ausência desse horizonte para a superação do estado de coisas existentes¹⁵ por parte dos socialistas esteja oferecendo um solo fértil para o desenvolvimento de populismos de direita altamente conservadores e profacistas que vivem nos ameaçando. As múltiplas experiências vividas no último ciclo progressista na América Latina nos mostram claramente os limites das revoluções dentro da ordem, ainda que essas experiências tenham sido superiores em relação ao estado de coisas que lhes sucedeu, como vemos hoje no Brasil. Mas o preço de não associarmos dialeticamente a revolução dentro da ordem com a revolução contra a ordem (Fernandes, 1981) tem nos custado caro.

Afinal, as esquerdas socialistas, capturadas por um horizonte liberal, não têm sido capazes de oferecer alternativas outras, além de se colocar como alternativa de governo e não mais como alternativa de poder, e aos governos. Creio que há muito que aprendermos recuperando o debate entre socialistas utópicos e socialistas científicos e entre reformistas e revolucionários. Afinal, a nossa situação atual é tão grave que não faz o menor sentido cometermos os mesmos erros. Sejamos criativos, o que implica conhecer, e não ignorar, a tradição que constituiu nosso campo.

O povo chileno parece estar aprendendo a lição e, por isso, foi às ruas para superar os mais de 30 anos de “Concertación” que pôs os diferentes partidos políticos, à direita e à esquerda, sem nenhuma credibilidade. Foi com as ruas que conseguiram dobrar o parlamento e o executivo e convocar um plebiscito para que se estabelecessem novas regras políticas para além da ordem em que se moveram as direitas e as esquerdas chilenas nos últimos 30 anos pós-ditadura política, mas não puseram em questão as assimétricas relações no campo social e econômico¹⁶. Na Bolívia, para derrotar, nas recentes eleições, o sangrento golpe direitista de 2019, foi necessária a reunificação das cinco grandes organizações dos grupos sociais em situação de opressão/exploração/subalternização recuperando o Pacto de Unidade que, diga-se de passagem, havia sido rompido, em 2010, pelo próprio governo do MAS que desconsiderara os povos indígenas do TIPNIS –Terra Indígena do Parque Nacional Isiboro-Sécure- rachando aquele pacto ao querer impor uma estrada que cortava aquele território e que contou com uma enorme mobilização popular em defesa dos povos indígenas afetados¹⁷. Estão, agora, depois de derrotar *eleitoralmente* os golpistas, diante do desafio de enfrentar o poder de facto da Embaixada de Washington e das Forças Armadas que deram suporte ao golpe. E, ainda, diante das ameaças profacistas das oligarquias separatistas das terras baixas, sobretudo de Santa

¹⁵ Insisto nessa expressão “superação do estado de coisas existentes” inspirado em Karl Marx e por nos trazer uma perspectiva não engessada, não dogmatizada, do que seria o comunismo que, para ele, é “o movimento real que suprime o estado de coisas existente”. É por isso, também que insisto na expressão oprimido/explorado/subalternizado e suas derivações, pois são essas diferentes dimensões que, em seu conjunto, suprimem o estado de coisas existentes.

¹⁶ Tudo indica que o conceito de neoliberalismo ensejou grupos políticos que se autoproclamaram pós-neoliberais que, entretanto, capturados por um ideário liberal, não considerou devidamente que o chamado neoliberalismo era a nova “fase superior” do capitalismo. Nessa hora, um novo teórico-político como Lênin faz falta para nos ajudar a compreender essa nova fase e as tarefas que nos cabem. E, nessa hora, mais que ser leninista há que ser como Lênin, com sua capacidade original de analisar situações concretas. Afinal, fosse Lenin um simples repetidor de Marx e não teria sentido invocá-lo. Subir nos ombros de um gigante, mesmo que sejamos pequenos, nos permite ver mais longe que eles, como nos ensinara Isaac Newton.

¹⁷ Com essa ação, o governo do MAS não só rompia com o Pacto de Unidade, mas também colocava em risco todo um conjunto de ideias que vinham se afirmando desde os anos 1970 – Manifesto Tiahuanaco (1973) – e sobretudo desde 1990 como, por exemplo, a luta contra o des-envolvimento em favor de alternativas ao des-envolvimento (Buen-Vivir, Sumaq Qamaña e Sumak Kausay) e a afirmação da plurinacionalidade e suas implicações para as TCO – Terras Comunitárias Campesinas, entre outros princípios que estavam, inclusive, constitucionalizados (Porto-Gonçalves e Betancourt, 2013).

Cruz e seus latifúndios monocultores de exportação. Enfim, de enfrentar o capitalismo e suas formas de governo que separa amplos grupos sociais da natureza e, ainda, os individualiza impedindo-os de construir suas tramas de vida em comum.

A experiência histórica demonstra à saciedade que não se trata de nenhuma teoria conspiratória, ideia que sempre volta à baila sobretudo quando se traz ao debate o imperialismo estadunidense, como se fosse algo paranoico que, liminarmente, desqualifica aqueles que trazem o tema ao debate. Não, afirmemos, são forças reais que conspiram, e não conspiram porque são simplesmente más no sentido moral. Não, definitivamente não. Percamos a ingenuidade: as relações sociais e de poder não se reduzem às suas instituições a uma questão de narrativa ou à dimensão simbólica, embora não possam prescindir dessa dimensão que, sempre, fazem parte das relações materiais de produção-reprodução da vida que conformam¹⁸. As mais de 800 bases militares dos EEUU distribuídas ao redor do mundo estão onde estão não porque os que controlam o poder no império são grupos/classes sociais compostas por gente moralmente desclassificada. A maior potência militar do mundo, até recentemente também a maior potência econômica que agora disputa essa liderança com a China, necessita das matérias primas que a geografia da natureza não colocou no lugar certo, como ironicamente pode ser lido numa charge que circulou durante a guerra contra o Iraque que perguntava “por que o nosso petróleo foi ficar debaixo da areia deles?”. Giovanni Arrighi já nos alertara que o sistema mundo é movido por duas lógicas: a lógica do capital, onde o D, Dinheiro, se quer um D', maior, e a lógica Territorialista, um T, Território, se quer um T', maior, com seus recursos, matérias primas e gentes. Não continuemos a confundir estratégia de governo com estratégia de poder.

Os bolivianos retomaram suas tramas de relações organizativas, retomaram o Pacto de Unidade e não só se prepararam para as eleições. Impuseram, inclusive, um candidato a vice-presidente afinado com o mundo do indigenato¹⁹, o aymara David Choquehuanca, quando a lógica meramente eleitoral no interior do MAS parecia querer comandar todo o processo impondo candidatos branco-mestiços, provavelmente bons gestores. A tradição que vem desse mundo indígena-campesino já demonstrou uma enorme capacidade de negociar sem perder a sua forma primordial (Zavaleta Mercado, 1982). Em outras palavras, de mudar sem deixarem de ser eles mesmos, enfim de se reinventarem. Vide as Juntas Vecinales, de El Alto, na Bolívia, que reproduzem no mundo das periferias suburbanas muitas das práticas de democracia direta que vêm do mundo aymara-quechua, dos ayllus, como o ayni, as mingas, práticas de construção do comum tal e como os mutirões (mutiró, em tupi-guarani) das periferias das cidades brasileiras²⁰.

¹⁸ “Partimos de assumir que no processo de transformação da natureza, os seres humanos se produzem a si mesmos, enquanto se coproduzem como seres sociais; e que este processo de transformação da natureza - que é sempre um processo de trabalho e de produção coletivo – é o que resolve a subsistência material, ao mesmo tempo que permite a construção de referentes simbólicos que dão sentido à existência coletiva, gerando vínculos cotidianos, afetivos, significativos e, em dúvida produtivos, que permitem a reprodução da vida coletiva em seu conjunto”. Gutiérrez e Rávita, no prelo

¹⁹ Indigenato é um conceito de Darci Ribeiro para designar o campesinato etnicamente diferenciado que ocupa amplas regiões da América Latina: nos altiplanos andinos, na Araucania chileno-argentina, na Amazônia, no Chaco paraguaio, nas Sierras de Chiapas, nos bosques do Petéin, na Guatemala e nos bosques do Dahrein colombiano, e entre os nasa do sul colombiano, por exemplo.

²⁰ Nesse sentido, é importante considerar que essas práticas de ajuda mútua, uma das práticas de construção do comum, seja uma palavra incorporada à língua portuguesa e que nos vem do mundo guarani, o que nos mostra que nossas periferias urbanas teriam sido colonizadas, me permitam a ironia, por esses grupos de origem indígena-camponesa. Se a construção de uma outra sociedade, não capitalista, deva surgir das experiências concretas dos grupos sociais em situação de opressão/exploração/subalternização e não de um ideário de algum intelectual que vá dizer o que fazer a eles, essas práticas de ajuda mútua – mutirão, mutiró, minga, ayni - são as práticas do proletariado realmente existente e não de um proletariado pensado eeuurocentricamente e, portanto, colonizado.

Recentemente, foram as mobilizações *en las calles* que derrubaram sucessivos governos no Peru. Na Guatemala, foram as mobilizações de rua, aliás fortemente reprimidas pelo governo, que obrigaram o Parlamento a recuar da aprovação de um orçamento indecente que não só autorizava o aumento do endividamento do estado e diminuía de modo vergonhoso tudo que se destinava a gastos sociais. Qualquer semelhança com o limite no teto de gastos sociais aprovado no Brasil no governo Michel Temer, reiterado pelo governo de Jair Bolsonaro, e amplamente apoiado pela imprensa liberal, não é mera coincidência. A refletir sobre a insípida reação popular no Brasil a tudo isso e, até mesmo, ao denunciado golpe que teria levado ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e ao impeachment preventivo que foi a prisão do então candidato a Presidente Lula da Silva, em 2018.

Mesmo nos EEUU, ao contrário de uma ingênua alegria que entre nós comemorou a vitória de Joe Biden, o linguista Noam Chomsky já nos alertara, mesmo antes das eleições, que mais que comemorar a vitória de Biden deveríamos, sim, nos focar na derrota imediata de Donald Trump, mas não olvidarmos de que esse processo que impôs uma derrota eleitoral ao populismo de direita se deveu a uma enorme coalisão de movimentos sociais que, agora depois das eleições, já se manifestam contra a reorganização do poder no novo governo que já nos ameaça a todos com a nomeação daqueles que levaram à tragédia que hoje vivem a Líbia, a Síria e o Iraque. De um governo que, para atender a diversidade, nomeia as minorias as mais diversas e que ignora que entre essas minorias, a maioria tem seus corpos separados das condições de produção-reprodução da vida e, assim, submetidos à situação de opressão/exploração/subalternização pelo capital. Talvez essas minorias possam, de algum modo, se beneficiarem da condição imperialista que os EEUU mantêm no mundo como, de certa forma, tal e como a socialdemocracia europeia se beneficiou da polarização da época da guerra fria e da transferência dos superlucros obtidos com a superexploração do trabalho e da natureza na periferia, situação que permite à burguesia dos países centrais abrirem mão de parte de seus lucros aos trabalhadores de seus países de origem. Mas também podemos se inspirar no movimento de justiça ambiental que surgiu nos EEUU contra o racismo ambiental quando os negros denunciavam a conexão entre as regiões e os bairros mais poluídos como regiões habitadas por negros, mas se recusaram a aceitar a ideia que o lixo tóxico dessas regiões fosse transferido para as periferias da América Latina, do Caribe ou África. Transformaram o racismo ambiental em uma luta por justiça ambiental, um belo exemplo de internacionalismo ambiental na melhor tradição das lutas internacionalistas das esquerdas. Enfim, raça, classe, gênero e ambiente, não são universos separáveis, não reproduzamos entre nós as separações que o capitalismo constrói.

Até quando, no Brasil, continuaremos a confundir democracia liberal com a verdadeira democracia em que os poderes do estado não se sobreponham ao “governo do povo, pelo povo, para o povo” (Lincoln, 1863). E que a representação não substitua a apresentação, que a mobilização não seja substituída pela mediação e que a ação instituinte não seja substituída pelo instituído assim, separada, da fonte do poder legítimo: os povos, assim mesmo, no plural, haja vista que dentro de um mesmo território nacional há múltiplas territorialidades, grupos/classes/etnias/gêneros/raças. Na América Latina desses movimentos surgiu a palavra de ordem da luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território, um horizonte distinto da ordem Iluminista da Liberdade, Igualdade e Fraternidade de onde surgiram as esquerdas e as direitas. Enfim, é de outros horizontes de sentido para a vida não eeuurocêntricos que nos falam.

É preciso descolonizar o pensamento também entre as esquerdas. E, com ajuda mútua, construir um modo de nos mantermos juntos por si mesmos. *Proletários, unamo-nos!*

Um mundo para além do capitalismo está a exigir horizontes outros em que as eleições sejam vistas, sim, como momentos privilegiados, mas não únicos, onde devemos anunciar concretamente esses horizontes. Muitos, ingenuamente, já se norteiam pelo calendário eleitoral de 2022, quando haveriam novas eleições presidenciais, olvidando que entre 2020 e 2022 há um 2021 cheio de nuvens cinzentas nos céus, com uma crise capitalista de grande magnitude agravada por uma pandemia que teima em se manter. Nesse ano de 2020 vimos que aproximadamente 100 milhões de brasileiros dependeram de auxílio emergencial o que dá conta da situação de miserabilidade em que vivem. Nas periferias urbanas, o poder de fato das milícias, muitas em relação com certas tradições religiosas, submetem as populações a uma vida indigna de ser vivida. Tudo isso associado à violência, sobretudo contra jovens negros e mulheres, deveria nos levar à urgência de que um outro mundo não é só possível, mas necessário. Quanta mobilização será necessária para vislumbrar outros horizontes de sentido para a vida para além do mundo liberal e seu capitalismo. Não separemos o estado da sociedade, a política da economia e, para isso, como já indicamos o conceito de estado ampliado e as reflexões de Gutiérrez e Rátiva nos ajudam.

Que o estado seja uma necessidade, eis o que o século XX, nos ensinou à sociedade. E nos ensinou amargamente, pela direita e pela esquerda. Pela esquerda, talvez o melhor exemplo nos seja dado pela própria revolução russa, tomada pelas esquerdas que se reivindicam leninistas como modelo de revolução. Não retiremos de Lenin suas virtudes, sobretudo de analista de conjuntura numa perspectiva que não perdia o foco entre o imediato e o transcendente. No entanto, independentemente dele, a palavra de ordem dos revolucionários “todo o poder ao soviets”, que teria sido o reconhecimento dos soviets, instituições derivadas do poder instituinte do povo pelo povo russo, um poder para além das instituições carcomidas do estado czarista foram, pouco a pouco, sendo esvaziadas. Em 1989, quando caiu a URSS, o estado soviético²¹ era fortíssimo e havia mais estado que soviets, aliás, não havia um único soviets para defendê-la. Pela direita, o recente período neoliberal é uma demonstração inequívoca de como o estado não pode ser abandonado, ainda mais num período de hegemonia das grandes corporações financeiras que dele se apoderaram, em nome de um estado mínimo para os povos. Afinal, as políticas neoliberais jamais poderiam ter sido implementadas sem o estado e o que fizeram foi se assenhorearem do estado e adequá-lo, sem maiores mediações, a seus interesses já garantidos nas relações sociais e de poder no cotidiano, no estado ampliado que, normalmente, não entra no debate das esquerdas capturadas pela lógica liberal que adere ao léxico da governança, das políticas públicas, da luta contra a injustiça e em defesa das minorias oprimidas/subalternizadas não incorporando seu caráter também de exploradas. As políticas públicas, por exemplo, ficam reduzidas ao suplementar sem tocar no estrutural e não reivindicam uma política pública junto ao Banco Central, como se ali não houvesse política, e não incluem o debate sobre a propriedade implicados nas reformas agrária e urbana.

Florestan Fernandes nos havia convidado a considerar a dialética entre revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem, o que exige saber avaliar permanentemente a correlação de forças entre as classes para que saibamos tirar proveito das circunstâncias que as contradições nas relações sociais e de poder sempre nos abrem. Que recuperemos, enfim, o sentido forte da política enquanto terreno onde as alternativas à ordem devem estar, sempre, no horizonte. Um modo de bem conviver – Socialismo? Sumaq Qamaña? Sumak Kausay?

²¹ De certa forma, a expressão “estado soviético” não deixa de ser uma contradição nos termos. Admitamos e reflitamos sobre essa hipótese. No mínimo, nos levará a uma ampliação da complexidade do que estamos sugerindo nesse pequeno artigo.

Ubuntu? - exige um mundo para além do capitalismo. Enfim, sigamos os conselhos da *abuelita* annu da epigrafe desse artigo.

Bibliografia

Casanova, Pablo Gonzalez. 1987 [1969]. Sociología de la explotación, México, Siglo XXI Editores.

Castoriadis, Cornelius. 198. A Instituição Imaginária da Sociedade. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Federici, Silvia. 2017. Calibã e a Bruxa. Editora Elefante, São Paulo.

Fernandes, Florestan. 1981. O que é Revolução. Consultar http://files.gocufg.webnode.com/200000082-63a06649b8/oqueerevolucao_0.pdf

Gutiérrez, Raquel e Rátiva, Sandra. No prelo. Produccion de lo Común Contra las Separaciones Capitalistas: hilos de uma perspectiva crítica comunitária en construcción.

Ibarra, C.A. de F. e Velador, O.H.M., 2019. Golpismo y Neogolpismo en América Latina. Violencia y conflicto político en el siglo veintiuno. Em Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales, Nº. Extra 3, 2019.

James, C.L.R. 2000. Os Jacobinos Negros. Ed. Boitempo, São Paulo.

Maturana, H. e Varella, F, 2001. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Ed. Palas Athena, São Paulo.

Porto-Gonçalves, C.W. 2020. A Confluência Perversa. Em <https://iela.ufsc.br/noticia/confluencia-perversa>.

Porto-Gonçalves, C. W. e Betancourt, Milson. 2013. Encrucijada Latinoamericana en Bolívia: El Conflicto del TIPNIS y sus Implicaciones Civilizatorias. Ed. CIDES, La Paz.

Porto-Gonçalves, C.W. e Panez, A. 2020. Chile: a impugnação do Princípio Potosí e os desafios do processo instituinte. Em <https://iela.ufsc.br/noticia/chile-impugnacao-do-principio-potosi-e-os-desafios-do-processo-instituinte-1>

Porto-Gonçalves, C.W. e Rego Monteiro, L.C. 2020. Uma Bolívia Profunda para além das eleições. Em <https://iela.ufsc.br/noticia/uma-bolivia-profunda-para-alem-das-eleicoes>.

Rancière, Jacques. 1996. O dissenso. In Novaes, Adauto (Org.) A crise da razão. Ed. Companhia das Letras, São Paulo.

Zavaleta Mercado, R. 1982. Problemas de la Determinación Dependiente y la Forma Primordial. Em América Latina: desarrollo y perspectivas democráticas. Aportes del Pensamiento Crítico Latinoamericano. San José, Costa Rica.